

EMPRESÁRIOS NACIONAIS, DESENVOLVIMENTO E POLÍTICA NO BRASIL: O IEDI E AS REFORMAS LIBERAIS NOS ANOS 90

Marcos Alves Valente¹

1. Introdução

O Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial, IEDI, é uma entidade fundada por um grupo de 30 empresários industriais nacionais no fim dos anos oitenta com o objetivo de propor uma estratégia de desenvolvimento para o Brasil. Os empresários fundadores do Instituto são vinculados a alguns dos maiores grupos econômicos ou empresas brasileiras, e a sede do IEDI encontra-se em São Paulo. A forma básica de atuação da organização é a formulação de diagnósticos, estudos e pesquisas sobre a economia brasileira e o problema do desenvolvimento além de elaborar propostas específicas de políticas para o país.

Reúne oficialmente empresários industriais nacionais, mas também estabelece um estreito contato com uma camada de intelectuais, em sua maioria ligados ao meio universitário de pesquisa sobre o sistema econômico político e social brasileiro.

O objetivo do IEDI é propor especialmente políticas industriais que delineiem um novo modelo de desenvolvimento industrialista em bases nacionais. Procura difundir seu ponto de vista sobre um projeto de desenvolvimento. Nesse sentido suas publicações são destinadas a vários atores sociais, especialmente empresários, intelectuais, jornalistas, organizações trabalhistas e políticos. Mas sua produção visa essencialmente governos. Alguns documentos foram elaborados especialmente com o objetivo de ser apresentados aos governos da República, o que em algumas

¹ Professor do Curso de Graduação em Economia da Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC

situações foi efetivado graças ao relativo acesso privilegiado de que esse grupo de empresários industriais desfruta junto aos governantes da república.

Qual o lugar ocupado pelo IEDI em tal complexo de relações sociais? Trata-se, pois, de um organismo que não adquire preponderantemente funções de representação política, não sendo, portanto um órgão de classe, mas, como ressaltou um dos entrevistados que participou das primeiras articulações para sua fundação, “seria uma iniciativa com o objetivo de discutir alternativas de ação empresarial em relação à FIESP, muito mais voltada para o campo das idéias”.²

O que se quer responder, portanto, quanto ao objeto deste trabalho, o IEDI, é porque ele surge neste momento histórico específico, com as características que traz consigo; quem são e por que são os seus protagonistas e que significado isso assume no processo mais amplo da política empresarial diante do processo de reformas econômicas nos anos noventa? Além disso, procura-se responder à pergunta de por quais motivos suas críticas às reformas liberalizantes “... não foram incorporadas a um movimento mais amplo sustentado pelo conjunto do empresariado”?³

A hipótese principal que aqui se defende é a de que o IEDI constituiu um esforço, ainda que fraco e infrutífero, de aglutinar as diversas formas de resistências que ainda existiam, de forma desagregada, dispersa, entre os empresários nacionais, naquele momento, às conseqüências do neoliberalismo. Esforço surgido a partir de contradições advindas da crise do modelo de desenvolvimento por substituição de importações e que se propunha a desenvolver entre os setores dirigentes, especialmente no governo, uma visão favorável à implementação de uma estratégia de desenvolvimento industrial em bases nacionais, ou seja, com papel de destaque à grande empresa nacional. Mas por que motivo foi infrutífero este empreendimento dessa parcela de membros da chamada burguesia industrial nacional?

² Entrevista com Mauro Fernandes Arruda, Superintendente do IEDI, realizada em 15.05.1995.

³ DINIZ, Eli. “Empresariado e estratégias de desenvolvimento”. *Lua Nova*, n 55-56, 2002.

Para responder a estas perguntas, é preciso identificar a ligação existente entre o processo de organização dos empresários brasileiros em torno do IEDI e as transformações brasileiras enquanto inseridas no capitalismo mundial. O que deve ser feito observando-se dois procedimentos. O primeiro é perseguir e fixar o modo como os impactos das transformações estruturais na economia mundial sobre o país impõe limites e possibilidades à ação política internamente. O segundo é, por oposição a esta, caracterizar o IEDI como uma alternativa organizacional surgida no final dos anos oitenta em relação às formas anteriores de articulação e organização patronal, mas levada a cabo por um grupo reduzido mas bastante ativo de empresários industriais. Entre eles encontram-se alguns dos que desempenharam papel importante na política empresarial em conjunturas passadas, seja como protagonistas de conflitos políticos, seja como proprietários ou dirigentes de algumas das maiores empresas ou grupos econômicos de capital nacional.⁴

2. Uma breve nota sobre Empresariado e organização de classe no Brasil

Trabalhos publicados no Brasil a respeito da posição que ocupam no sistema político os empresários industriais e de suas organizações, têm ressaltado a contínua expansão e diversificação que as estruturas constituídas por essas instituições sofreram ao longo do processo de desenvolvimento econômico, político e social brasileiro.⁵ Essa diversificação, que se estende

⁴ Para uma análise mais detalhada do tema, ver: VALENTE, M. A. "Empresários nacionais, política e desenvolvimento no Brasil dos anos noventa. Um estudo sobre o IEDI – Instituto de Estudos Para o Desenvolvimento Industrial". Dissertação de Mestrado, Departamento de Ciência Política, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH), UNICAMP. Campinas, SP, 2002.

⁵ Por exemplo: LEOPOLDI, M. A. P. (2000). Política e interesses na industrialização brasileira. As associações industriais, a política econômica e o Estado. São Paulo: Paz e Terra; SCHMITTER, P. C. (1971). Interest Conflict and Political Change in Brazil. Stanford: Stanford University Press; CRUZ, S. C. V. (1995). Empresariado e estado na transição brasileira. Um estudo sobre a economia política do autoritarismo (1974-1977). Campinas, SP:

desde os anos trinta até os dias atuais, constituiu uma complexa estrutura de representação caracterizada pela literatura, geralmente, por sua ordenação em dois conjuntos de instituições: a estrutura corporativa oficial, a estrutura extracorporativa.

A partir da segunda metade dos anos oitenta, em meio a uma série de movimentações em torno de diversos processos políticos, surgiu um conjunto significativo de novos organismos e coalizões empresariais. O IEDI é apenas um destes organismos entre os inúmeros institutos, organizações, associações, fóruns, uniões, entre outros.⁶ Mais recentemente pesquisadores dedicaram-se a uma discussão a respeito da emergência de um “novo empresariado”, alimentada que foi, adicionalmente, pelo crescente destaque de algumas novas lideranças, alguns deles jovens e ativos empresários. Em retrospecto, tal efervescência política não mais surpreende, dada a magnitude dos problemas econômicos, políticos e sociais que na época brotavam e a fertilidade do solo onde cresciam.

Por um lado, o terreno era disputado por grandes interesses, que iam das classes trabalhadoras aos banqueiros, passando pela burguesia comercial, produtores agrícolas e industriais de todos os ramos de atividade; por outro, era palco de profundas transformações em antigas estruturas pertencentes ao Estado e à sociedade: processos políticos importantes marcaram a década, como a “campanha das diretas”, a transição para um governo civil, as eleições do Congresso Constituinte, o próprio processo de elaboração da Constituição, as eleições presidenciais além dos planos econômicos e as relações da economia brasileira com o exterior, especialmente com o sistema financeiro internacional.

Editora da UNICAMP; São Paulo: FAPESP; CRUZ, S. C. V. (1997). O presente como história: economia e política no Brasil pós-64. Campinas: UNICAMP, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas; DINIZ, E. & BOSCHI, R. R. (1979). “Autonomia e Dependência na Representação de Interesses Industriais”. Dados, n. 22; DINIZ E. & BOSCHI, R. R. (1993). Empresários e Modernização Econômica: Brasil Anos 90. Florianópolis: Ed. da UFSC, IDACON.

⁶ Sobre o surgimento e atuação destes (com exceção do IEDI) e outros organismos patronais no período da Nova República, ver DREIFUSS, R. (1989). O jogo da direita. Petrópolis: Vozes.

Além disso, muitos aspectos característicos da reestruturação do capitalismo mundial geram novos e enormes constrangimentos externos e internos à reestruturação da economia brasileira. A crescente corrosão das bases da chamada “hegemonia norte-americana” promove vários desdobramentos que terão impacto enorme sobre as estruturas das economias periféricas, obrigando o Brasil a constantes ajustes recessivos e a processos de renegociação das dívidas, após a quebra provocada pela crise dos juros altos iniciada pelo Federal Reserve Board em 1979. Esse processo impõe limites à continuidade intransponíveis nas condições vigentes.

É necessário enfatizar, portanto, que o contexto no qual o IEDI surge, é constituído pela confluência de amplos processos de mudança política, econômica e social, que geram grande impacto sobre o Brasil. Esse impacto se expressa no condicionamento que exerce sobre as condutas e expectativas dos atores ocasionando novos - ou refazendo antigos - alinhamentos políticos diante de condições econômicas adversas.

3. Empresário nacional, as reformas e a política no Brasil dos noventa

Assim, busca-se identificar o modo como um ator específico, o empresário nacional, lida com esta questão, e, de uma maneira especial: explicitando no campo do debate econômico uma posição política em relação ao conteúdo e às formas através das quais o país, segundo sua visão, apresentou respostas à atual crise que o atinge. Como também o apresenta a sua própria sugestão de resposta político-econômica diante da crise, ao formular uma estratégia de desenvolvimento industrial procurando divulgá-la entre os formadores de opinião e principalmente apresentando-a ao governo.

A preocupação aqui é o comportamento político estratégico de um ator na tentativa frustrada de elaborar um programa econômico com a pretensão de formar uma coalizão alternativa em sua defesa. O resultado desse processo como se sabe foi a sua adesão na reestruturação da coalizão

conservadora.⁷ Em contrapartida, o programa implementado com as reformas liberais não foi aquele pretendido pelos empresários do IEDI.

No Brasil, alguns autores procurando tratar da relação entre política e economia, discutem os vínculos entre democracia e reformas econômicas. LIMA & BOSCHI por exemplo, ao desenvolver uma crítica da crítica conservadora ao liberalismo que nega a relação entre democracia e mercado, bem como da “versão liberal que supõe a indissolubilidade entre liberalismo econômico e liberalismo político” (LIMA & BOSCHI, 1995, p. 24), concluem sua análise apontando a

(...) inviabilidade de uma tentativa de passar as reformas de mercado a ferro e fogo, por cima das regras do jogo democrático e ignorando os interesses de segmentos necessários à formação de coalizões suficientemente amplas para garantir a continuidade das mesmas” (LIMA & BOSCHI, 1995, p.26). [A perspectiva dos autores é a de que] “... a relação entre mercado e democracia não é necessariamente positiva nem linear, também não o é aquela entre a aceitação das regras do jogo e as dimensões normativas da democracia (LIMA & BOSCHI, 1995, p. 11).

A perspectiva do presente trabalho, no entanto, não compartilha de um pressuposto presente implicitamente na afirmação anterior que supõe que as chamadas “reformas de mercado” tais como se apresentam – e aqui este aspecto deve ser ressaltado - para a América Latina e particularmente para o Brasil podem ser portadoras de atributos capazes de apresentar soluções para os seus problemas econômicos estruturais. Do nosso ponto de vista, as “reformas de mercado”, sejam elas adotadas “...a ferro e fogo, por cima das regras do jogo democrático...”, ou sejam adotadas democraticamente, inevitavelmente conduzem o Brasil - na sua condição periférica, orbitando o

⁷ KINGSTONE, Peter R. Crafting coalitions for reform. Business preferences, political institutions and neoliberal reform in Brazil. University Park, Pennsylvania: The Pennsylvania State University Press, 1999. Ver especialmente capítulo 4, “Business Modernizers and the Challenge of Economic Reform – The Organizational Bases of Opposition and Support”, pp 111-148.

centro hegemônico (poderíamos dizer, imperial) representado pelos Estados Unidos – a uma situação na economia-mundo através da qual não pode formular e executar políticas econômicas de forma soberana capazes de suplantar os limites atuais ao crescimento econômico, distribuição de renda, ampliação da democracia e diminuição, portanto, das desigualdades.⁸

Discordando dessa visão, o que se quer aqui enfatizar é a necessidade de uma perspectiva crítica em relação às reformas pró-mercado entendidas como escolha política, o que está ausente na análise aqui citada. Portanto, além de questionar o modo como as reformas são implementadas no Brasil, é preciso questioná-las em seu conteúdo e avaliar à medida em que podem se constituir em soluções para os problemas sociais, econômicos e políticos que pretendem atacar. Dessa forma se pode incluir na análise a posição ambígua, se não contraditória da participação desse empresariado nessa empreitada.

A adesão do IEDI na formação da coalizão dominante que está na base das reformas econômicas implementadas nos anos noventa aponta na direção da preocupação com a execução destas reformas institucionais. Além disso, reproduz em escala ampliada alguns problemas estruturais da economia brasileira, quais sejam, a dependência externa de capital de investimento, endividamento, desigualdade social, evasão de riqueza.

Ressalte-se que do conjunto de reformas programadas, apenas aquelas que apontam na direção da liberalização foram implementadas, como a abertura comercial, relativa à abertura da conta de capital ou liberalização financeira, privatizações, flexibilização das relações de trabalho, além do esforço concentrado em torno das articulações para a aprovação da emenda que permite a reeleição para presidente da República. Aquelas reformas institucionais que de algum modo apontam para o combate de aspectos social e politicamente regressivos da realidade brasileira, como a

⁸ Baseamo-nos nas perspectivas desenvolvidas pelos seguintes autores: TAVARES, M. C. & FIORI, J. L. (orgs.). Poder e dinheiro. Uma economia política da globalização. 2ª ed. – Petrópolis: Ed. Vozes, 1997; FIORI, J. L. Estados e moedas no desenvolvimento das nações. – 2ª edição – Petrópolis: Vozes, 1999; FIORI, J. L. & MEDEIROS, C. A. (Orgs.). Polarização mundial e crescimento. Petrópolis: Vozes, 2001; WALLERSTEIN, I. Após o liberalismo. Em busca da reconstrução do mundo. Petrópolis: Vozes, 2002.

reforma tributária, a reforma agrária, foram proteladas indefinidamente, dada a incapacidade daquela coalizão de forças dominantes para alterar a distribuição dos recursos econômicos e políticos, o que se encontra de acordo com sua opção por garantir a chamada “governabilidade” necessária para a implementação das reformas liberalizantes.

Surgiram ainda na literatura brasileira que discute as transformações na relação entre economia e política no período recente, ressaltando o papel dos empresários na coalizão de apoio às elites dirigentes, hipóteses que enfatizam a superação, com as reformas dos anos noventa, de velhas relações sociais estabelecidas de longa data. Segundo o que teria afirmado, o próprio governante que mais tempo permaneceria na presidência da República brasileira nesta década, o ajustamento estrutural adquiriria o significado de superação da chamada Era Vargas. Para explicar esta opção do governo SALLUM JR. (1999, p. 25) considera que a “... transnacionalização do capitalismo e democratização da sociedade foram (e vêm sendo), sob várias modalidades de manifestação, os processos mais abrangentes de superação do Estado desenvolvimentista”. Sua hipótese principal neste artigo é a de que,

(...) a manutenção do fundamentalismo neoliberal foi interpretada pela Presidência da República como um meio decisivo para assegurar o necessário controle sobre o sistema político, tendo em vista a realizar a pesadíssima agenda de reformas institucionais que constituía o núcleo duro do programa do governo” (SALLUM JR., 1999, pp. 40-41).

Sustentando sua interpretação na idéia de que há na coalizão dominante formada a partir de 1994 duas vertentes, a liberal fundamentalista e a liberal desenvolvimentista, o autor antecipa uma conclusão que aqui se considera um tanto problemática. Ao afirmar que a crise do Real em janeiro de 1999 quebrou as “bases macroeconômicas que delimitaram seu primeiro mandato presidencial”, SALLUM JR. (1999, p. 45) considera que a transição para o câmbio flutuante e subvalorizado teria criado “as bases para uma possível transformação política” no interior do bloco hegemônico em favor do pólo liberal-desenvolvimentista.

Ao nosso olhar, apesar de expressa com cautela, a afirmação supõe uma possibilidade que não se vislumbra, uma vez que não descarta a hipótese de que os laços estabelecidos com as finanças internacionais permaneçam existindo. Do nosso ponto de vista, ao contrário, além de uma recomposição da coalizão de poder dominante em favor da sua suposta vertente liberal-desenvolvimentista antes de tudo se faz necessário um rompimento mais explícito dos compromissos com a alta finança, os quais têm raízes que foram desenvolvidas e consolidadas ainda sob a égide do desenvolvimentismo. Mais especificamente, uma mudança liberal-desenvolvimentista não faz sentido se não romper de fato o principal elo que mantém a característica do regime de acumulação excludente na fase atual: a dependência do capital estrangeiro e a livre mobilidade dos capitais.

Esta é a fonte principal de um dos mais graves e delicados problemas da economia brasileira e que torna instável a estruturação da coalizão de poder, qual seja, o desequilíbrio externo. A união dos partidos e políticos conservadores em torno do projeto liberal conservador só se viabiliza na medida em que é capaz de assegurar a manutenção da política econômica que requer a reiteração dos compromissos com instituições como o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional (FMI). Tais compromissos, concretamente, se traduzem em ajustes fiscais, socorros a bancos, financiamento de privatizações, guerra fiscal, redução de impostos para capitais especulativos, redução da remuneração da força de trabalho, desnacionalização dos setores produtivos entre outras medidas e processos político-econômicos. Estes, em seu conjunto, garantem no país o favorecimento da reciclagem dos capitais pertencentes à alta finança, dando assim continuidade a um processo muito mais amplo de concentração e centralização do capital em escala mundial.

Em outras palavras, uma vez que a Era Vargas é muito mais do que um fenômeno macroeconômico, é um fenômeno também e essencialmente político e social, incrustado nas estruturas sociais, uma guinada desenvolvimentista não requer simplesmente, o que não é sem importância, o desarme da armadilha criada no plano de estabilização representada pela paridade cambial fixa apoiada por altos juros. Requer, ao nosso ver, aquela parte das reformas que não foram realizadas, e que alterem o quadro atual de

centralização excessiva do poder na cúpula da política econômica. Mais especificamente, requer um controle rígido da conta de capital do balanço de pagamentos. Isso só será possível com a própria reestruturação das forças no poder, uma vez que, como foram articuladas, fizeram prevalecer sobremaneira os interesses financeiros no âmbito da política econômica, e, portanto, reforçam os vínculos que foram estabelecidos com alta finança no âmbito externo.

O que ocorreu em 1998-1999, os ataques especulativos, o ajuste fiscal acordado com o Fundo Monetário, a desvalorização da moeda, foram situações em maior ou menor intensidade previstas e esperadas. Ou seja, o grau de dependência externa representada pela necessidade de Investimento Direto Externo, a conseqüente evasão de recursos decorrente das remessas de lucros e dividendos, dos altos serviços da dívida, além dos problemas na balança comercial, evidentemente limitam a capacidade de reversão político-econômica do governo sem que haja uma nova acomodação das forças políticas na sua base.

Só um movimento dessa natureza, ou seja, somente um fenômeno também e essencialmente político e social, e não o abalo macroeconômico em si, poderia retirar o apoio que desde antes e até depois da crise do Real em 1999 permitiu realizar os objetivos nada desenvolvimentistas de política econômica acordados entre os participantes da coalizão dominante, sejam eles atores internos (governo, empresários industriais, banqueiros nacionais, políticos e burocratas), ou externos (corporações multinacionais financeiras e industriais, o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional).

Este quadro de crise, no plano interno, se delinea a partir dos anos oitenta, num ambiente onde o Estado, passa a ser colocado em xeque pelos novos desafios a enfrentar, quais sejam: estabilização macroeconômica, reversão do ciclo industrial interno; ruptura do padrão de financiamento calcado no endividamento público e privado; transição democrática⁹, os

⁹ Conforme: AFFONSO, R. (1989). "A Ruptura do Padrão de Financiamento do Setor Público e a Crise do Planejamento no Brasil nos Anos 80". São Paulo, julho, IE-UNICAMP, mimeo.

impactos dos processos de mundialização e de formação de blocos econômicos regionais.¹⁰

O “trunfo”¹¹ da economia neoclássica e a ofensiva neoliberal¹² são a face ideológica que através dos processos de desregulamentação e liberalização desenvolve a justificativa da expansão financeira atual do capitalismo e coloca o Estado e a nação em posição defensiva. Em meio a esta crise o aparelho administrativo do Estado perdeu sua capacidade de coordenação macroeconômica, sem a qual não teve condições de garantir, nem aos trabalhadores a reposição das vagas perdidas com a crise econômica, nem aos investidores internos e internacionais, a estabilidade e o horizonte de longo prazo que alegam necessário para a retomada do crescimento.

4. O IEDI e a busca de uma política industrial nos anos noventa

A crise econômica e o colapso do modelo de desenvolvimento esgotam consigo um modelo de planejamento econômico que dava certa consistência às relações entre empresários industriais e Estado. Portanto, às

¹⁰ Sobre a mundialização do capital ver: CHESNAIS, F. (1996). A mundialização do capital. São Paulo: Xamã;

CHESNAIS, F. (1995). “A globalização e o curso do capitalismo de fim-de-século”, in: Economia e Sociedade, (5):1-30. Campinas, dezembro, IE-UNICAMP; sobre a característica “perversa” de permanente evasão de riqueza própria da industrialização latino-americana ver: SALAMA, P. & VALIER, J. (1991). L’Amérique Latine dans la crise. L’industrialisation pervertie. Paris: Nathan.

¹¹ Conforme BIERSTEKER, Thomas J. (1992). “The ‘triumph’ of neoclassical economics in the developing world: policy convergence and bases of governance in the international economic order”. In: ROSENAU, J. N. and CZEMPIEL, E.-O. (Eds.). Governance without government: order and change in world politics. New York: Cambridge University Press.

¹² MORAES, R. C. C. (1997). “Liberalismo e neoliberalismo. Uma introdução comparativa”. Primeira Versão, n. 73., novembro. Campinas, IFCH/UNICAMP; GENTILI, P. & SADER, E. (1996). Pós-neoliberalismo. As políticas Sociais e o estado democrático. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra. GENTILI, P. & SADER, E. (1999). Pós-neoliberalismo II. Que Estado para que democracia?. Petrópolis: Vozes.

mudanças, quando e onde ocorrem, nas organizações patronais brasileiras a partir da década de oitenta, remetem sempre à incapacidade de os governos de turno darem respostas às demandas e necessidades do setor produtivo local. Esta incapacidade é uma das razões que estão por trás do surgimento de um organismo como o IEDI. Para LEOPOLDI (2000, p 305),

Hoje caminhamos para uma dissolução da estrutura sindical corporativa, porque o Estado já não quer mais esta relação e também porque a comunidade empresarial mais setORIZADA se interessa pelo fim das entidades únicas e exclusivas, cada vez mais esvaziadas porque não mais alcançam a totalidade da representação.

Assim, o movimento de diversificação da estrutura de representação empresarial no Brasil tomou um rumo específico na década de oitenta. Surgiram vários organismos empresariais, entre os quais pode-se citar, além do próprio Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial, o Pensamento Nacional das Bases Empresariais, a União Brasileira dos Empresários, e o Instituto Liberal, Ação Empresarial, entre outros.

O que se observa é que uma vez dado início ao processo de abertura com o governo Collor não restou outra alternativa ao capital nacional senão realizar um ajustamento microeconômico para tornar os grupos capazes de reagirem às mudanças, seja associando-se aos grupos estrangeiros, procurando participar dos processos de privatização de empresas públicas ou mesmo realizando fusões com outros grupos nacionais e mantendo o controle nacional do capital. Do mesmo modo, durante os governos Itamar Franco e Fernando Henrique Cardoso o ânimo dos empresários do IEDI renovou-se com o sucesso da estabilização do Real, com a entrada de um presidente com laços históricos com a indústria paulista.

Isso explica por que as propostas do IEDI valorizaram sobremaneira uma “política de competitividade”, expressa no termo “Modernização Competitiva”, que teria o objetivo de concentrar a força de suas demandas em benefício dos grupos econômicos nacionais. É certo que incorporou no seu discurso a bandeira da democracia, da distribuição de renda, e outras que pudessem, de certa forma, atender ao objetivo, via difusão de uma nova ideologia de desenvolvimento, no sentido de aglutinar as forças sociais em

torno de um projeto capitaneado pela indústria nacional. Mas estas bandeiras em nada mudaram o caráter liberalizante da perspectiva.

Parecia estar claro para esse segmento da burguesia nacional que era necessário criar um “sentimento público”¹³ favorável às diretrizes de política econômica defendidas por ela. Não faltaram analogias com os anos 40 e 50 quando foram feitas opções político-econômicas importantes e vividas euforias industrialistas e quando o contexto internacional estava se modificando, mas apesar disso, de forma favorável a um projeto de desenvolvimento de caráter industrialista.¹⁴

A chegada de Fernando Henrique Cardoso à presidência da República gerou ilusões na mente dos empresários industriais paulistas (mas não só) ligados ao IEDI. Aliás não só na mente de empresários. Também os analistas políticos da grande mídia chegaram a pensar numa reviravolta da política econômica em direção aos anseios daquela parcela desenvolvimentista da coalizão dominante, como se pode entrever na seguinte afirmativa:

A indicação de senador eleito atendeu a pressões de empresários da indústria paulista, críticos da política cambial. (...) A indicação para o Planejamento do senador eleito José Serra (PSDB-SP) sinaliza uma mudança, embora gradual e paulatina, da política econômica (...). A indicação de Serra, aliás, começou a nascer em um encontro entre FHC e os empresários do Iedi (...) realizado na terça-feira passada (dia 6)”¹⁵

¹³ Conforme CAMPBELL, JOHN L. (1998). “Institutional analysis and the role of ideas in political economy”. *Theory and Society*, Volume 27/3, June, pp. 377-409.

¹⁴ CUNHA, Paulo G. A. (1993). “Indústria Nacional e Política Externa”. São Paulo. (Texto solicitado pelo IPRI - Instituto de Pesquisas de Relações Internacionais do Ministério das Relações Exteriores - Itamaraty).

¹⁵ ROSSI, Clóvis. “Com Serra, muda a política econômica”. *Folha de São Paulo*, 15 de dezembro de 1994; Trata-se do encontro em que o IEDI entregou o documento com propostas para FHC, intitulado “O IEDI e o Governo Fernando Henrique. Oportunidades e Ameaças” (1994a). Ver também: ALONSO, G. & SEIDL, A. C. “Industriais pedem a FHC mudanças no Real”. *Folha de São Paulo*, 7 de dezembro de 1994.

Os empresários, em seu encontro com o presidente eleito, solicitaram em documento a ele entregue, o fortalecimento do Ministério da Indústria e Comércio, o qual chegou a reconhecer publicamente em entrevista ao jornal *Folha de São Paulo* esta necessidade. Os industriais presentes, Paulo Cunha (grupo Ultra), Ivoncy Iochpe (grupo Iochpe), José Ermírio de Moraes (Votorantim), Paulo Francini (Coldex-Frigor), Eugênio Staub (Gradiente) e Cláudio Bardella (Indústrias Bardella), chegaram a desenhar um perfil ideal do novo titular do MIC:

(...) não deveria ser um empresário, mas deveria ser alguém 'bilíngüe'. Tradução: alguém capaz de falar a linguagem da estabilização, mas também a da produção. O presidente eleito perguntou: 'Que tal o Serra?'. 'É sopa no mel' responderam em coro os industriais(...).¹⁶

De fato, Serra era um crítico, embora cauteloso, da política cambial. Mas não aceitou a pasta, apesar do apelo de FHC aos empresários para que tentassem convencê-lo a assumir o ministério. Para o senador eleito tal pasta teria muitas limitações e sua resistência acabou desembocando na sua nomeação para o Planejamento.

No campo microeconômico, pode-se dizer que dentre os fatores que contribuíram para sustentar o apoio dos empresários do IEDI ao governo foi a reestruturação forçada levada a cabo na indústria que por volta de 1994 já estava surtindo efeitos. A decisão de produzir o documento foi tomada em reunião de pelo menos vinte empresários do IEDI em 7 de novembro¹⁷, após o conhecimento da vitória de Fernando Henrique Cardoso nas eleições presidenciais, ao derrotar Luis Inácio Lula da Silva do Partido dos Trabalhadores. Nele o IEDI afirma seu apoio ao novo governo com base na esperança de entrada num novo ciclo de crescimento dos investimentos. Segundo o documento, intitulado "A indústria e o Governo Fernando Henrique: Oportunidades e Ameaças",

¹⁶ ROSSI, C. "Com Serra, muda a política econômica". *Folha de São Paulo*, 15 de dezembro de 1994.

¹⁷ Conforme *Folha de São Paulo*, 8 de novembro de 1994, p 1-4, Painel.

(...) a indústria genericamente sobreviveu ao longo do período de mais de uma década de crise ... elas reduziram drasticamente seu endividamento estando agora capitalizadas e prontas para um novo ciclo de investimentos. Se considerarmos ainda o esgotamento do ciclo de vida dos equipamentos e da utilização da capacidade instalada, somos levados a crer que efetivamente estamos no limiar de um novo ciclo de investimentos (...) (IEDI, 1994a).

Eles propunham que o governo aproveitasse a reestruturação das empresas induzida pela liberalização iniciada no início da década e concluída em 1994. Este último fato e a implementação do Plano Real com obtenção da estabilização a partir de julho daquele ano modificaram o panorama da economia brasileira e a percepção dos empresários industriais.

Havia um clima de ânimo muito forte devido também à recuperação da economia nos anos de 1993 e 1994, superando a recessão dos primeiros anos da década. A indústria nesse biênio apresentou crescimento acumulado de 2,7%, menor que os 7,2% do PIB. Esse dado chama atenção para a diferença entre o crescimento acumulado do PIB de 1990 a 1996 que foi de 12,3% e o crescimento acumulado da produção industrial com seus 1,5%, com a ressalva que por ser uma média esta cifra oculta a forte heterogeneidade de comportamentos entre os distintos segmentos do setor industrial (BIELSCHOWSKY, 1997).

Dentre as incertezas apontadas pelos empresários havia a preocupação com o comportamento das importações na sua concorrência com a produção doméstica. Explicitou-se a preocupação com a estratégia adotada de estabilização com abertura e âncora cambial que não apontava para medidas em direção ao crescimento sustentado no longo prazo. Esta preocupação baseou-se na constatação de que outras experiências semelhantes (Bolívia, México e Argentina) não apresentaram esse desempenho desejado da taxa de crescimento econômico. A outra preocupação apresentada no documento refere-se à indefinição do governo brasileiro diante destas questões.

Por fim o documento solicitava ao governo que se comprometesse em impedir a excessiva sobrevalorização cambial; que protegesse a produção doméstica “sem ultrapassar os padrões protecionistas dos países desenvolvidos”; e ainda, que se comprometesse a buscar reduzir a taxa de juros de longo prazo para os investimentos realizados no país.

A história política e político-econômica do Brasil de 1994 em diante apresenta as razões que motivaram os empresários em 1999 a lamentar amargurados o transcorrer da década.¹⁸ Maior é a amargura se for levado em consideração que por essa época havia sido reerguido o ânimo entre os empresários do IEDI, evidenciado nos documentos que circulavam dentro do Instituto nas mãos dos empresários e dos economistas que os assessoravam. Além do texto citado, efetivamente entregue ao presidente eleito, anteriormente foi elaborado outro com o objetivo de apresentar aos candidatos presidenciais. Em 1994 foi elaborado o documento denominado “O projeto de Desenvolvimento no Brasil e o IEDI – Industrialização Competitiva, Emprego e Justiça Social”, que em junho passou a ser discutido pelos conselheiros do Instituto.

O texto não foi, por fim, entregue a nenhum candidato. Voltou para as gavetas. A julgar pelo título, que inclui a proposta de “industrialização competitiva”, muito próxima da perspectiva adotada pelo BNDES na época, o texto só admitia uma opção eleitoral. Foi justamente esta a denominação acordada pelos articuladores da estratégia econômica dentro do BNDES no final dos anos oitenta em conjunto com os empresários que viriam então a fundar o IEDI. A “industrialização competitiva” viria a ser a bandeira de luta dos presidentes Fernando Collor e Fernando Henrique na década de noventa. Ainda outros dois documentos com ambições que avançam no campo da definição de um projeto de desenvolvimento foram discutidos no interior da organização: “Contornos de um projeto nacional de desenvolvimento” e

¹⁸ “Chega de saudosismo porque o mundo não perdoa!” (STAUB, 1999b). Com essa afirmação, Eugênio Staub, com aparente amargura, na noite de segunda-feira, 21 de junho de 1999, relembra a época em que, durante o trágico final do governo Collor, quando o *impeachment* já era inexorável, em peregrinação até a capital da República, um forte aliado da burguesia nacional incumbiu-se do objetivo de entregar em mãos, ao então vice-presidente, Itamar Franco, um documento intitulado “Mudar para Competir”.

“Estabilização, Modelo de Desenvolvimento e Indústria”, ambos textos de circulação interna do Instituto, produzidos em 1994.

As movimentações dos empresários do IEDI em torno do combate à política cambial vinham sendo promovidas desde o início de 1994, ainda quando Cardoso era ministro. Em agosto Paulo Cunha se mostra “...incomodado com a perspectiva de que a indústria brasileira se transforme em mico-leão, espécie em vias de extinção...”.¹⁹ As críticas do IEDI chegaram a provocar uma crise entre os empresários industriais e o ministro Ciro Gomes, substituto de Cardoso na Fazenda. Ciro chegou a fazer declarações, segundo as quais haveria um complô de empresários paulistas contra o Plano Real. Mario Bernardini, diretor titular de Economia da Fiesp na época, atribuiu à busca de “ibope” as declarações do ministro. Amato, então presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), evitou censurar as declarações, dizendo que “não se deve acirrar os ânimos e sim lutar para que o Plano Real dê certo”. Paulo Cunha, do IEDI qualificou as declarações de “nada muito grave”. Roberto Nicolau Jeha, coordenador do Grupo Permanente de Política Industrial da Fiesp, afirmou que,

Se, de fato disse isso, o ministro está mal informado, porque os empresários paulistas estão colaborando para o sucesso do plano e fim da inflação, sem o que não haverá retomada de investimentos na produção.²⁰

De fato, as coisas não andavam muito boas para o ministro. A grande mídia estava noticiando por essa época que nos círculos próximos a FHC a avaliação era a de que Ciro Gomes estava com os dias contados como ministro da Fazenda.²¹ Também é verdade que os empresários colaboraram com o Plano Real, assim como colaboraram durante toda a década para a implementação das reformas. Eis a grande questão cuja resposta se busca aqui. Diante das evidências de sua colaboração com os governos que promovem o aprofundamento da internacionalização da economia ao estilo liberal e em conformidade com os interesses das finanças internacionais

¹⁹ ROSSI, C. “Viva a ineficiência”. Folha de São Paulo, 14 de agosto de 1994, p. 1-2.

²⁰ Conforme: SEIDL, A. C. “Empresários criticam o ‘estilo Ciro’”. Folha de São Paulo, 1 de novembro de 1994, p. 1-7.

²¹ Conforme Folha de São Paulo, 10 de novembro de 1994, Painel, p. 1-4.

pergunta-se qual o lugar ocupado nesse processo pelas reclamações constantes dos empresários quanto ao rebaixamento da posição do capital nacional no sistema econômico levado a termo pela desnacionalização?

É verdade que os empresários sempre explicitaram suas queixas em relação aos efeitos negativos dos esforços de ajustamento. Os trabalhos do IEDI mostram isso fartamente. Repetidamente deixaram claro que a aposta no Investimento Direto Estrangeiro se fazia em prejuízo da produção local nas mãos dos capitalistas locais e em prejuízo da pequena e média empresa e do emprego. Na interpretação de Kingstone parte desse processo de desnacionalização era inevitável e os empresários industriais nacionais compreendiam e aceitavam isso na fase de liberalização das importações. Mas eles reclamavam que as altas taxas de juros tinham efeitos devastadores; que o custo Brasil prejudicava a competição com as importações e dificultava as exportações; e por fim manifestavam sua preocupação com a prática comercial indesejada de abrir o mercado sem uma lei *antidumping*, especialmente ao constatar em meados de 1996 que setores como o têxtil e o de brinquedos sofreram com *dumping* (KINGSTONE, 1999, pp. 210-211).²²

O governo parece responder às reclamações empresariais em fevereiro de 1995 ao elevar as tarifas para o setor automobilístico de 20% em 1994 para 32% em fevereiro de 1995 e 70% em maio desse mesmo ano (KINGSTONE, 1999, p. 212). A reação dos empresários não poderia deixar de ser positiva. Paulo Cunha do IEDI afirmou que o governo havia começado a inverter o sinal na direção correta, de valorizar a produção nacional. Ele afirma:

Antes, a mensagem emitida em altos decibéis era: vocês fazem porcarias, carroças, não são competitivos, o importado é que é bom (...) Não dá para sustentar crescimento baseado em importações (...) Retoma-se um processo visível em todas as economias que deram

²² Em maio de 1995 a ministra Dorothea Werneck anunciou legislação antidumping e medidas de proteção à indústria nacional que deveriam restringir as importações. BLESCHER, N. "Ministra anuncia leis para equilibrar as contas". *Folha de São Paulo*, 30 de maio de 1995, p. 2-7.

certo: a parceria entre governo, empresas e trabalhadores.²³

A referência aos trabalhadores se deve ao fato de que as negociações foram levadas a efeito no âmbito da Câmara Setorial. Mas apesar do otimismo a previsão para o ano de 1995 era de crescimento menor do que o de 1994, graças também ao impacto da crise mexicana. Mas segundo Paulo Cunha, isso decorria da ocupação de grande parte da capacidade ociosa sem que novos investimentos já tivessem se concretizado. Afirmou também que as indústrias leves já estavam retirando os projetos das prateleiras e que o "... processo de decisão é gradativo e já existe um movimento nessa direção".²⁴

O empresário alertava então para o risco de, sem um novo ciclo pesado de investimentos, o país enfrentar restrições maiores ao consumo. A indústria de embalagens já batia no teto, e no setor petroquímico as importações passaram de 50% do total da produção em 1993 para 15% no início de 1995. Importante lembrar também que os empresários já alertavam nessa época para os gargalos na infra-estrutura – energia elétrica e telecomunicações:

Alimentava-se, assim, em doses homeopáticas, o ânimo dos empresários e renovava-se constantemente seu apoio a Fernando Henrique, que embora jamais tenha aberto mão de executar à risca o programa de integração competitiva sob a supervisão muito minuciosa do Fundo Monetário Internacional, também nunca deixou de dar atenção aos donos do capital nacional, depurando seu apoio em "banho-maria". Isso fica patente no número de vezes que recebeu ou foi recebido pelos empresários. No dia mesmo em que Dorotéia Werneck anunciava as medidas *antidumping*, José Serra reunia-se com Paulo Cunha, João Sayad no décimo-nono andar do Ministério da Fazenda.

O próprio presidente já havia encontrado os empresários em dezembro de 1994, voltou a visitá-los em dezembro de 1995 em jantar na

²³ BLESCHER, N. "Governo FHC mudou sinal". Folha de São Paulo, 16 de fevereiro de 1995, p. 1-8.

²⁴ BLESCHER, N. "Só queda dos juros pode acelerar retomada". Folha de São Paulo, 16 de fevereiro de 1995, p. 1-8.

casa de Luís Fernando Furlan, presidente do conselho de administração da Sadia, em homenagem ao secretário do Tesouro dos EUA, Robert Rubin. Presentes estavam, então, Paulo Cunha, Jorge Gerdau, José Mindlin (Metal Leve), Antonio Ermírio de Moraes (Votorantim), Carlos Antonio Rocca, e Lázaro Brandão (Bradesco).²⁵

Mas as relações entre um e outro pólo não foram sempre tão tranqüilas. Em maio de 1996, novamente o presidente se encontra com empresários. Desta vez a convite da Confederação Nacional da Indústria e da FIESP cerca de 3000 empresários ocupavam Brasília em seminário da indústria. Novamente as lideranças empresariais presentes entregaram documento com reivindicações ao governo. Entre elas, queda nos juros, mudanças no câmbio, redução do custo Brasil e a execução das reformas. A resposta de Cardoso foi a de que a “Constituição de um país não se pode mudar com um peteleco”. Algumas horas depois o governo sofria três derrotas consecutivas no Congresso nas votações da reforma da Previdência. O presidente, nesse encontro afirmou em tom de desespero: “Meu Deus, por que não ajudam mais?”. Sua súplica era a de que os empresários ajudassem a convencer o Congresso e a opinião pública a reformar o país e afirmou que os indicadores não justificavam a censura à política econômica. Alguns empresários criticaram duramente o presidente pelas declarações chegando a afirmar que ele estaria “alheio à realidade”.²⁶

O presidente do grupo Ultra e do IEDI, Paulo Cunha veio à carga novamente em junho de 1996 atacando a inexistência de uma política industrial na estratégia do governo. O empresário afirmou que os efeitos desse quadro poderiam ser bastante perversos. Segundo Cunha:

Isso levará um grande número de empresas a estratégias de sobrevivência, oscilando da acomodação defensiva à venda ou liquidação de ativos. (...) não temos uma

²⁵ WOLTERS, G. “Presidente dedica o fim-de-semana em SP a encontros com empresários”. Folha de São Paulo, 3 de dezembro de 1995, p. 1-9.

²⁶ Conforme Folha de São Paulo. “FHC pede apoio e recebe crítica de empresários”. 23 de maio de 1996, p. 1-4.

estratégia afirmativa de conquista de mercados externos, por meio do apoio decidido do governo (...).²⁷

O país que é campeão em desperdício de energias coletivas na discussão e elaboração de propostas de políticas industriais para não implementá-las não deixou por menos e em 1997 veio a apresentar mais uma para não ser executada. Fernando Henrique Cardoso recebeu em 9 de abril daquele ano, no Palácio do Alvorada, Eugênio Staub, Paulo Cunha, Cláudio Bardella e Paulo Francini. As principais lideranças do IEDI ouviram do presidente o anúncio de uma nova política industrial com prioridade a áreas que trouxessem maior competitividade.²⁸

Coincidência ou não, logo em seguida, no início de agosto, lê-se numa breve nota de jornal que o Instituto passaria, a partir de então, a reorientar seus estudos em direção a uma agenda mais setorial e pragmática. Assim, elegeu um grupo de países periféricos e um grupo de países centrais para acompanhar de perto. A partir de 1998 passaram a ser publicados vários trabalhos sob essa nova programação.²⁹ Além disso, o Instituto passou por uma reformulação nos seus quadros. Mauro Arruda dá lugar na Direção Executiva do IEDI, a Julio Sergio Gomes de Almeida, professor do Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas, que a partir de então se encarregaria de comandar os trabalhos e publicações do IEDI.

Entre os inúmeros trabalhos de pesquisa divulgados pelo IEDI, alguns merecem destaque. Entre os mais recentes, a *Agenda para um Projeto*

²⁷ SEIDL, A. C. "Empresário ataca falta de política industrial". Folha de São Paulo. 10 de junho de 1996, p. 1-8.

²⁸ O Estado de São Paulo. 11 de abril de 1997. A discussão sobre a política industrial vinha se travando desde o início de 1997: MARIN, D. C. "Governo vai tentar salvar 15 setores". Folha de São Paulo. 27 de janeiro de 1997; Folha de São Paulo. "Editorial: Até quando?". 28 de janeiro de 1997; Folha de São Paulo. "Editorial: Cenário novo para o Real". 13 de abril de 1997; NÓBREGA, M. "Qual política industrial?". Folha de São Paulo, 7 de fevereiro de 1997; ROSENBERG, L. P. "Política industrial ou teta federal?". Folha de São Paulo. "Editorial: Até quando?". 4 de fevereiro de 1997; KAPAZ, E. "Política industrial ou de desenvolvimento?". Folha de São Paulo, 31 de janeiro de 1997; CASTRO, A. B. "Um jogo desequilibrado". Folha de São Paulo. 22 de janeiro de 1997; NASSIF, L. "A nova política industrial". Folha de São Paulo. 12 de maio de 1997.

²⁹ IEDI. "Políticas Industriais em países Selecionados". São Paulo, outubro de 1998, 341 p.

de *desenvolvimento Industrial*, de 1998, juntamente com a FIESP (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo), aponta criticamente os equívocos da agenda liberal para as reformas, especialmente a abertura comercial e a ausência de uma estratégia industrial de longo prazo e a ausência de prioridade para a indústria nacional.³⁰

Em 2000 o IEDI novamente vem à carga com a publicação de outro enorme trabalho com o título *Indústria e desenvolvimento. Uma Análise dos Anos 90 e Uma Agenda de Desenvolvimento Industrial para a Nova Década*, onde reafirma suas críticas e propostas de maior estímulo à empresa nacional e ao mercado interno.

A despeito das iniciativas do empresariado, como se pode constatar retrospectivamente, nenhuma destas tentativas frutificaram, ao menos no sentido das propostas incluídas nos documentos oficiais do IEDI e nas manifestações públicas dos empresários a ele associados. A história desse período demonstra, com toda clareza, a incapacidade política das forças de oposição ao conteúdos das políticas de liberalização para reverter o quadro de aprofundamento da dependência externa da economia brasileira. Quanto ao IEDI, passaram-se os anos noventa, e mesmo após a alternância no poder central, suas críticas continuam sendo as mesmas, dirigidas sempre contra a terapia financeirista que concentra na tentativa de estabilização dos esforços e os recursos financeiros na nação.

5. Conclusão

O trabalho demonstra que o surgimento do IEDI e toda forma de ação política que dele emerge, por parte dos empresários que o compõem, controladores de empresas de capital nacional, resulta do impacto da política econômica liberal nos anos oitenta e noventa sobre o conjunto de seus interesses. Esse impacto gerou um comportamento político aparentemente

³⁰ IEDI (1998). "Agenda para um Projeto de Desenvolvimento Industrial – Proposta IEDI". São Paulo, outubro, 37 p.

contraditório representado por dois fatores. Primeiro, pela posição crítica dos empresários, através do IEDI, em relação àquela política econômica que feriu seus interesses mais imediatos, fartamente documentada nas publicações e manifestações públicas organizadas pelo Instituto. Segundo, pelo seu apoio aos governos que implementaram aquela política durante os anos noventa.

Buscou-se identificar o modo como um ator específico, o empresário nacional, lida com esta questão, e, de uma maneira especial: explicitando no campo das idéias econômicas uma posição política em relação ao conteúdo e às formas através das quais o país, segundo sua visão, apresenta respostas à atual crise que o atinge.

Poderíamos dizer, no “campo do debate econômico”, pois as publicações do IEDI não podem ser apreendidas como um sistema de idéias, ou uma teoria. Por outro lado, não se pode deixar de reconhecer que os diagnósticos e recomendações contidas nos documentos do IEDI estão fundamentados numa certa perspectiva conceitual e teórica, uma vez que são produzidos pelo trabalho de técnicos (economistas em sua maioria) inseridos no trabalho acadêmico, e portanto, inseridos na luta política e ideológica presente na conjuntura atual.

Referências Bibliográficas

AFFONSO, R. (1989). *A Ruptura do Padrão de Financiamento do Setor Público e a Crise do Planejamento no Brasil nos Anos 80*. São Paulo, julho, IE-UNICAMP, mimeo.

ALONSO, G. & SEIDL, A. C. (1994). Industriais pedem a FHC mudanças no Real. *Folha de São Paulo*, 7 de dezembro.

BIELSCHOWSKI, R. (1997). *Investimentos na indústria brasileira depois da abertura e do real: o miniciclo de modernizações, 1995-1997*. CNI/CEPAL.

<<http://www.eclac.org/espanol/investigacion/brasil/sumario/html>>:
Acessado em janeiro de 1998.

- BIERSTEKER, Thomas J. (1992). The 'triumph' of neoclassical economics in the developing world: policy convergence and bases of governance in the international economic order. In: ROSENAU, J. N. and CZEMPIEL, E.-O. (Eds.). *Governance without government: order and change in world politics*. New York: Cambridge University Press.
- BLESCHER, N. (1995). Governo FHC mudou sinal. *Folha de São Paulo*, 16 de fevereiro, p. 1-8.
- BLESCHER, N. (1995). Ministra anuncia leis para equilibrar as contas. *Folha de São Paulo*, 30 de maio, p. 2-7.
- BLESCHER, N. (1995). Só queda dos juros pode acelerar retomada. *Folha de São Paulo*, 16 de fevereiro, p. 1-8.
- CAMPBELL, JOHN L. (1998). Institutional analysis and the role of ideas in political economy. *Theory and Society*, Volume 27/3, June, pp. 377-409.
- CASTRO, A. B. (1997). Um jogo desequilibrado. *Folha de São Paulo*. 22 de janeiro.
- CHESNAIS, F. (1995). A globalização e o curso do capitalismo de fim-de-século, In: *Economia e Sociedade*, (5):1-30. Campinas, dezembro, IE-UNICAMP.
- CHESNAIS, F. (1996). *A mundialização do capital*. São Paulo: Xamã.
- CRUZ, S. C. V. (1995). *Empresariado e estado na transição brasileira. Um estudo sobre a economia política do autoritarismo (1974-1977)*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP; São Paulo: FAPESP.
- CRUZ, S. C. V. (1997). *O presente como história: economia e política no Brasil pós-64*. Campinas: UNICAMP, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.
- CUNHA, Paulo G. A. (1993). *Indústria Nacional e Política Externa*. São Paulo. (Texto solicitado pelo IPRI - Instituto de Pesquisas de Relações Internacionais do Ministério das Relações Exteriores - Itamaraty).
- DINIZ E. & BOSCHI, R. R. (1993). *Empresários e Modernização Econômica: Brasil Anos 90*. Florianópolis: Ed. da UFSC, IDACON.

DINIZ, E. & BOSCHI, R. R. (1979). *Autonomia e Dependência na Representação de Interesses Industriais*. Dados, n. 22.

DINIZ, Eli. (2002). Empresariado e estratégias de desenvolvimento. *Lua Nova*, n 55-56.

DREIFUSS, R. (1989). *O jogo da direita*. Petrópolis: Vozes.

FIORI, J. L. & MEDEIROS, C. A. (Orgs.) (2001). *Polarização mundial e crescimento*. Petrópolis: Vozes, 2001.

FIORI, J. L. (1999). *Estados e moedas no desenvolvimento das nações*. Petrópolis: Vozes, 2 ed..

GENTILI, P. & SADER, E. (1996). *Pós-neoliberalismo. As políticas Sociais e o estado democrático*. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra.

GENTILI, P. & SADER, E. (1999). *Pós-neoliberalismo II. Que Estado para que democracia?*. Petrópolis: Vozes.

IEDI (1994). *A indústria e o Governo Fernando Henrique*. Oportunidades e Ameaças.

IEDI (1998). *Agenda para um Projeto de Desenvolvimento Industrial – Proposta IEDI*. São Paulo, outubro, 37 p.

IEDI (1998). *Políticas Industriais em países Selecionados*. São Paulo, outubro, 341 p.

IEDI (2000). *Indústria e desenvolvimento. Uma análise dos anos 90 e uma agenda de desenvolvimento industrial para a nova década*. São Paulo, novembro.

Jornal *Folha de São Paulo*, 10 de novembro de 1994, Painel, p. 1-4.

Jornal *Folha de São Paulo*, 8 de novembro de 1994, p 1-4, Painel.

Jornal *Folha de São Paulo*. Editorial: Até quando? 28 de janeiro de 1997.

Jornal *Folha de São Paulo*. Editorial: Cenário novo para o Real. 13 de abril de 1997.

Jornal *Folha de São Paulo*. FHC pede apoio e recebe crítica de empresários. 23 de maio de 1996, p. 1-4.

Jornal *O Estado de São Paulo*. Editorial 11 de abril de 1997.

KAPAZ, E. (1997) Política industrial ou de desenvolvimento. *Folha de São Paulo*, 31 de janeiro.

KINGSTONE, Peter R. (1999). *Crafting coalitions for reform. Business preferences, political institutions and neoliberal reform in Brazil*. University Park, Pennsylvania: The Pennsylvania State University Press.

LEOPOLDI, M. A. P. (2000). *Política e interesses na industrialização brasileira. As associações industriais, a política econômica e o Estado*. São Paulo: Paz e Terra.

MARIN, D. C. (1997). Governo vai tentar salvar 15 setores. *Folha de São Paulo*. 27 de janeiro.

MORAES, R. C. C. (1997). Liberalismo e neoliberalismo. Uma introdução comparativa. *Primeira Versão*, n. 73., novembro. Campinas, IFCH/UNICAMP.

NASSIF, L. (1997). A nova política industrial. *Folha de São Paulo*. 12 de maio.

NÓBREGA, M. (1997). Qual política industrial? *Folha de São Paulo*, 7 de fevereiro.

ROSENBERG, L. P. (1997). Política industrial ou teta federal?. *Folha de São Paulo*. "Editorial: Até quando?". 4 de fevereiro.

ROSSI, C. (1994). Com Serra, muda a política econômica. *Folha de São Paulo*, 15 de dezembro.

ROSSI, C. (1994). Viva a ineficiência. *Folha de São Paulo*, 14 de agosto, p. 1-2.

SALAMA, P. & VALIER, J. (1991). *L'Amérique Latine dans la crise. L'industrialisation pervertie*. Paris: Nathan.

- SCHMITTER, P. C. (1971). *Interest Conflict and Political Change in Brazil*. Stanford: Stanford University Press.
- SEIDL, A. C. (1994). Empresários criticam o 'estilo Ciro'. *Folha de São Paulo*, 1 de novembro de 1994, p. 1-7.
- SEIDL, A. C. (1996). Empresário ataca falta de política industrial. *Folha de São Paulo*. 10 de junho, p. 1-8.
- STAUB, Eugênio Emílio (1999). *Carta ao Presidente da Câmara dos Deputados em apoio à Reforma Tributária*, São Paulo, 26 de novembro.
- TAVARES, M. C. & FIORI, J. L. (orgs.) (1997). *Poder e dinheiro. Uma economia política da globalização*. 2 ed. – Petrópolis: Ed. Vozes.
- VALENTE, M. A. (2002). *Empresários nacionais, política e desenvolvimento no Brasil dos anos noventa*. Um estudo sobre o IEDI. – Instituto de Estudos Para o Desenvolvimento Industrial. Dissertação de Mestrado, Departamento de Ciência Política, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH), UNICAMP. Campinas, SP.
- WALLERSTEIN, I. (2002). *Após o liberalismo. Em busca da reconstrução do mundo*. Petrópolis: Vozes.
- WOLTERS, G. (1995). Presidente dedica o fim-de-semana em SP a encontros com empresários. *Folha de São Paulo*, 3 de dezembro, p. 1-9.

